

APRESENTAÇÃO

Um grande esforço tem sido feito, especialmente no âmbito das organizações de caráter internacional, para compreender a natureza da crise econômica atual, bem como para avaliar tanto as políticas de combate à crise quanto os seus efeitos em setores específicos. Muitos destes estudos têm permanecido no circuito de agências e consultores internacionais sem possibilidade de debate e crítica pela comunidade acadêmica, apesar da sua qualidade científica.

Neste número da *RAP* procuramos vencer esse bloqueio e trazer esse rico material para que nosso público – professores, alunos, executivos, etc. – tenha acesso aos dados e aos debates sobre os impactos da crise no campo social.

Dentre as muitas publicações dedicadas a analisar os diferentes aspectos da crise atual, praticamente inexistem no Brasil uma que apresente estudos, com a qualidade dos trabalhos aqui reunidos, sobre seus impactos sociais.

A escolha deste tema – impactos sociais da crise – decorre da necessidade de suprir essa lacuna e, ao mesmo tempo, chamar atenção para aqueles setores que mais profundamente estão sendo afetados pelas políticas recessivas.

Os estudos neste campo indicam que a inexistência de mecanismos institucionais, financeiros e legais, que garantam uma pauta mínima de direitos sociais universais, tem sido responsável pela fragilidade desses setores diante dos imperativos atuais de contenção dos gastos públicos. A redução dos recursos alocados e a mudança no padrão de financiamento das políticas sociais têm colocado novas demandas de racionalização dos gastos nestes setores. As transformações administrativas que estão sendo experimentadas decorrem, por outro lado, das pressões inerentes ao processo de democratização, no sentido do resgate da cidadania e garantia do exercício pleno dos direitos sociais. Como se pode observar nesta coletânea de textos, ambos os fatores concorrem para as mudanças administrativas que estão sendo implementadas, embora muitas vezes em direções opostas.

A resultante, isto é, a política social em curso, tem apresentado múltiplas tendências em função do peso específico de cada fator, variando desde a privatização dos serviços sociais até às modernas formas de gestão democrática dos sistemas públicos.

Apesar disso, o que é comum a todas as experiências é o seu caráter profundamente inovador, rompendo – para melhor ou para pior – padrões de incorporação das demandas sociais consolidados durante anos e anos de governos populistas e/ou autoritários.

A novidade apontada, bem como os problemas metodológicos apresentados na avaliação dos impactos sociais da crise demonstram claramente a importância e a necessidade de se trazer esse debate para um público mais amplo, que possa contribuir na produção dos conhecimentos requeridos para se enfrentar, com políticas mais eficazes e menos perversas, a dura situação vivida, nos últimos anos, na América Latina.